



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. nº E-12 / 134 / 100019 / 2018
Data: 27 / 08 / 2018 Fls.: 53
Rubrica: _____ id. 44015577

À PRESIDÊNCIA,

1 – O Leiloeiro EDGAR DE CARVALHO JÚNIOR apresentou, tempestivamente, motivações de recurso contra a decisão que declarou os Leiloeiros **SERGIO LUIZ REPRESAS CARDOSO, ALEXANDRO DA SILVA LACERDA E WILKERSON MACHADO DOS SANTOS**, credenciados no processo de Seleção de Leiloeiros, que por sua vez, também tempestivamente, apresentaram contrarrazões.

2 – As alegações foram as seguintes:

2.1 – Que o Leiloeiro **ALEXANDRO DA SILVA LACERDA** não apresentou a Certidão de Registro e Regularidade emitida pela JUCERJA e Certidão da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro, bem como não juntou a Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro, alega também que o referido Leiloeiro não se encontra inscrito no CAD-ICMS.

2.2 – Que o Leiloeiro **SERGIO LUIZ REPRESAS CARDOSO** encontra-se irregular perante JUCERJA, bem como não juntou a Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro, alega também que o referido Leiloeiro não se encontra inscrito no CAD-ICMS.

2.3 – Que o Leiloeiro **WILKERSON MACHADO DOS SANTOS** não se encontra inscrito no CAD-ICMS e não apresentou Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro.

3 – Diante das razões apresentadas que deram base para o recurso, as informações incluídas em sede de contrarrazões e obtidas em diligência, concluímos o que segue:

3.1 – Preliminarmente cabe ressaltar que todo o ato administrativo deve atender, entre outros princípios, aos da legalidade, razoabilidade, moralidade, da igualdade e o da motivação, sendo de relevo consignar que, em sede de licitação, todos os atos da Administração devem sempre almejar o atendimento do princípio da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. nº E-12 / 134 / 100019 / 2018
Data: 27 / 08 / 2018 Fls.: 54
Rubrica: _____ id. 44015577

3.2 – Em análise ao recurso contra o Leiloeiro ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, concluímos não merecerem prosperar as alegações, no que diz respeito à regularidade junto a JUCERJA, uma vez que foi feita diligência no referido Órgão que nos informou que a Certidão Simplificada é usada para constatar a situação cadastral e regularidade do leiloeiro para exercer sua função, objetivo esse atendido por todos os Leiloeiros, não havendo óbices neste sentido. Quanto ao fato do Leiloeiro não estar inscrito no CAD-ICMS, ao analisar os documentos referentes ao ICMS houve o entendimento de que o referido Leiloeiro era isento e não inscrito. Após reanálise, entendeu esta comissão que devem prosperar as alegações em atendimento RESOLUÇÃO SEFAZ N.º 994 DE 31 DE MARÇO DE 2016, art. 9º. Vale acrescentar que só será vedada a inscrição no CAD-ICMS dos Leiloeiros que se esquadram de acordo o inciso XII do art. 13 da referida Resolução, o que não se aplica ao caso uma vez que o DETRAN/RJ pretende credenciar Leiloeiros Regulares na JUCERJA.

4.3 – Em análise ao recurso contra o Leiloeiro SERGIO LUIZ REPRESAS CARDOSO, no que diz respeito ao Leiloeiro encontrar-se irregular perante JUCERJA, foi feita diligência no referido Órgão que nos informou que Sr. **SERGIO LUIZ REPRESAS CARDOSO** esta regular e **ATIVO**, e o fato de não estar quite com a apresentação de seus relatórios não o impede para exercer as funções de Leiloeiro, e que, nos casos de impedimentos, são abertos processos administrativos, que, após concluídos, fazem a emitir Certidão com a Menção **INATIVO**, não havendo óbice nesse sentido. Quanto a não apresentação da Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro esclarecemos que durante alguns meses os sistemas do PRODERJ passaram por manutenção, logo, não houve a possibilidade de emissão de Certidões, cadastro de processos e DARJ, sendo, desta forma compreensível a não apresentação uma vez comprovada a impossibilidade do envio da referida Certidão. Deste modo, entendeu-se, por resguardo do próprio interesse público e sem prejuízo à administração, a aceitação dos credenciamentos dos Leiloeiros que não puderam fazer sua emissão, não devendo prosperar as alegações neste sentido. Quanto ao fato de o Leiloeiro não estar inscrito no CAD-ICMS, ao analisar os documentos referentes ao ICMS, houve o entendimento de que o referido Leiloeiro era isento e não inscrito. Após reanálise, entendeu esta comissão que devem prosperar as alegações em atendimento RESOLUÇÃO SEFAZ N.º 994 DE 31 DE MARÇO DE 2016, art. 9º, ressaltando que só será vedada a inscrição no CAD-ICMS dos Leiloeiros que se esquadram no inciso XII do art. 13 da referida Resolução, o que não se aplica ao caso uma vez que o



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. nº E-12 / 134 / 100019 / 2018
Data: 27 / 08 / 2018 Fls.: 55
Rubrica: _____ id. 44015577

DETRAN/RJ pretende credenciar Leiloeiros Regulares na JUCERJA, devendo prosperar a alegação.

4.4 – Em análise ao recurso contra o Leiloeiro **WILKERSON MACHADO DOS SANTOS** quanto a não apresentação da Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro esclarecemos que durante alguns meses os sistemas do PRODERJ passaram por manutenção, logo, não houve a possibilidade de emissão de Certidões, cadastro de processos e DARJ, sendo, desta forma, compreensível a não apresentação uma vez comprovada a impossibilidade do envio da referida Certidão. Deste modo, entendeu-se, por resguardo do próprio interesse público e sem prejuízo à administração, a aceitação dos credenciamentos dos Leiloeiros que não puderam fazer sua emissão, não devendo prosperar as alegações neste sentido. Quanto ao fato de o Leiloeiro não estar inscrito no CAD-ICMS, ao analisar os documentos referentes ao ICMS houve o entendimento de que o referido Leiloeiro era isento e não inscrito. Após reanálise, entendeu esta comissão que devem prosperar as alegações, em atendimento RESOLUÇÃO SEFAZ N.º 994 DE 31 DE MARÇO DE 2016, art. 9º. Vale acrescentar que só será vedada a inscrição no CAD-ICMS os Leiloeiros que se esquadram de acordo o inciso XII do art. 13 da referida Resolução, o qual não se aplica ao caso uma vez que o DETRAN/RJ pretende credenciar Leiloeiros Regulares na JUCERJA.

5 – Cumpre ressaltar que o **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS** foi conduzido em consonância com os princípios previstos no caput do art. 3º da Lei de Licitações, conforme resta demonstrado no processo administrativo licitatório, e neste relatório, inexistindo qualquer irregularidade no procedimento.

6 – Diante do exposto, nos manifestamos, s.m.j., pelo conhecimento e **INDEFERIMENTO PARCIAL** do recurso apresentado pelo Leiloeiro **EDGAR DE CARVALHO JÚNIOR**, sendo descredenciado dos Leiloeiros **SERGIO LUIZ REPRESAS CARDOSO, ALEXANDRO DA SILVA LACERDA E WILKERSON MACHADO DOS SANTOS** e encaminhamos o presente processo para decisão final.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2018

Gilson Cardoso dos S. Jr.
Assistente Técnico de Trânsito
ID. 8031028-3

Carlos Henrique de Silva Tavares

Presidente da CPL

Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, nº 817 – Centro
Rio de Janeiro/RJ CEP: 20071-004